

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15996 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: DIÁLOGOS SOBRE O BAIXO INTERESSE PELA PROFISSÃO DOCENTE

Eva Teresinha de Oliveira Boff - UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Alisson Vercelino Beerbaum - PROFESSORA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sérgio Roberto Kieling Franco - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA: DIÁLOGOS SOBRE O BAIXO INTERESSE PELA PROFISSÃO DOCENTE

RESUMO:

O objetivo deste artigo é discutir a formação de professores na perspectiva de problematizar sobre os motivos que levam ao baixo interesse pela profissão docente no RS. A pesquisa é qualitativa, baseada em entrevistas com gestores da Coordenadoria Regional de Educação, questionários com professores da educação básica e análise de documentos oficiais brasileiros. A análise foca nas condições de trabalho docente, estruturação de carreira, salário e desafios nas políticas educacionais. Embora as políticas educacionais expressem a importância da valorização profissional docente, sua efetivação não se concretiza na vida dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: PNE. Trabalho docente, Valorização Profissional.

A valorização dos profissionais da educação, especialmente professores da educação básica, é central nas políticas educacionais brasileiras. O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, pela Lei 13005/2014, visa equiparar os salários dos professores a outras profissões de nível superior e implementar planos de carreira para todos os profissionais da educação básica e superior pública. No entanto, a implementação enfrenta obstáculos como contratação precária e desigualdade na distribuição de recursos, tornando a profissão pouco atrativa para novas gerações.

No projeto "Bases para a Projeção de uma Política de Formação de Professores no Rio Grande do Sul"/CNPq, discutimos o papel dos programas de formação de professores no

enfrentamento do déficit crescente de docentes. Análise preliminar de entrevistas com coordenadores regionais de educação e questionários a professores da rede estadual do RS identificou os principais fatores que contribuem para o baixo interesse pela profissão docente e sua influência na qualidade da educação básica. Utilizando a Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiuzzi (2023), emergiu a categoria: "Diálogos reflexivos sobre a formação e trabalho docentes".

Os resultados evidenciam que em 2016, as matrículas em cursos de licenciatura no Brasil representavam 18,9% do total no ensino superior, com cerca de 1,5 milhão de estudantes matriculados e 238.919 concluintes. Isso indica uma baixa taxa de matrícula e ainda menor de formandos, com uma proporção de 4 em final de carreira para 1 jovem ingressante, sugerindo um possível "apagão" docente.

Medidas como terceirização e contratos temporários (Lei 13.429/2017) visam enfrentar o déficit de professores, mas agravam a precarização da profissão e contrariam as metas do PNE. A inclusão de professores com "notório saber" no Ensino Médio também precariza a profissão. Problemas como salários baixos, desvalorização profissional, baixa autoestima, descontinuidade de políticas e adoecimento mental persistem há décadas (Jacomini e Penna, 2016). Para tornar a carreira docente atraente, é essencial oferecer remuneração compatível com a formação e equiparada a outras profissões de nível equivalente. Além disso, é necessário garantir ascensão na carreira conforme o tempo de serviço e titulação, com progressão horizontal em intervalos curtos. A dispersão salarial ao longo da carreira deve considerar o custo de vida regional para assegurar a permanência na profissão (Estormovski; Esquinsani, 2023).

Jacomini e Penna (2016) destacam que, em 2013, os professores ganhavam, em média, R\$3.576,00, enquanto outros profissionais recebiam R\$5.227,00. Essa discrepância salarial dificulta a atração e retenção de talentos na carreira docente, levando muitos a buscarem carreiras universitárias com melhor remuneração.

Além das questões salariais, é crucial aprimorar a formação docente nos cursos de licenciatura e na formação continuada. Políticas educacionais, como a Resolução CNE/CP nº 4 de 2024 e programas como o Residência Pedagógica e o PIBID, exigem que as instituições reformulem seus cursos qualificando a interação universidade e escolas.

A Resolução CNE/CP nº 4, (Brasil, 2024) destaca a necessidade de uma formação inicial sólida, integral, preferencialmente presencial e subsidiada pelo Estado. É fundamental repensar o currículo das licenciaturas para garantir coerência e preparar futuros professores para a docência com autonomia e reflexão crítica. A pesquisa em educação deve ser integrada à formação, promovendo conhecimento significativo e transformador. O currículo deve incluir conhecimentos disciplinares e pedagógicos, eliminando a hierarquização interna dos cursos. A formação docente também precisa situar o futuro professor no contexto social, econômico e cultural da comunidade escolar.

Entre as políticas que podem ampliar o interesse pela profissão docente, destaca-se o Programa "Professor do Amanhã" (Lei nº 16.001/2023, RS), que visa formar docentes para áreas estratégicas da educação básica, oferecendo bolsas de estudo, isenção de taxas e bolsa de permanência em cursos de licenciatura.

Repensar o currículo das licenciaturas para garantir coerência e relevância pode aumentar a satisfação profissional e a qualidade do ensino. Integrar a pesquisa em educação à formação inicial dos professores os mantém atualizados, melhora seu desempenho e torna a carreira mais gratificante. Políticas que aproximam a Educação Básica e o Ensino Superior, como os Programas de Iniciação à Docência e Residência Pedagógica, fortalecem os cursos de formação, tornando-os mais relevantes.

Para o CNE/CP nº 4/2024, é crucial valorizar socialmente os professores, garantindo que a formação inicial seja de alta qualidade e atenda às demandas contemporâneas da educação. Gestores entrevistados destacam a importância de compreender novos contextos e demandas sociais, e que o futuro professor que entende o contexto social, econômico e cultural da sociedade ajuda a entender melhor os alunos e suas necessidades, tornando a carreira docente mais gratificante.

Os desafios na formação inicial dos professores, durante a vigência da Resolução CNE/CP nº 02/2019, se ampliaram, pois, comprometia o direito dos docentes a uma formação baseada na teoria e na práxis transformadora, relegando-os ao papel de técnicos que executam planos pré-estabelecidos, um modelo tradicional enraizado na cultura docente brasileira. G₁ confirma:

Não adianta o professor saber que vai chegar lá e ensinar as partes da planta. Os professores não sabem dar aula. Precisamos acolher as denúncias que são inúmeras, os professores chegam na escola achando que o aluno tudo pode (G1).

A Lei 11.738/2008, conhecida como Lei do Piso, assegura que um terço da jornada docente seja destinado a atividades de apoio, como planejamento e formação continuada, proporcionando aos professores tempo para preparar aulas e se desenvolverem profissionalmente. No entanto, essa política não está sendo implementada no estado do RS. Como G₁ destaca:

Apenas um terço da carga horária para planejamento e formação é insuficiente [...] um grande desafio da rede é a questão da carga horária [...] que se chama hora-atividade, mas para mim precisa ter hora-estudo, que é aquele momento em que o professor tira para estudar (G1).

Embora a rede ofereça uma variedade de cursos de formação, os professores participantes ressaltam a baixa qualidade desses cursos. P₁ afirma que "*todas as formações continuadas aceitas para a contagem de horas pela instituição foram centralizadas em cursos online de organizações privadas, que pouco contribuem para a nossa qualificação*". A baixa qualidade dos cursos sobrecarrega os docentes com conteúdos teóricos irrelevantes,

desvalorizando sua prática profissional e ignorando sua experiência. Demonstra incapacidade de valorização e falta de autonomia para os docentes.

Jacomini e Penna (2024) ressaltam a necessidade de políticas que permitam aos professores afastarem-se temporariamente para estudos e aperfeiçoamento profissional. Eles sugerem que a política educacional poderia melhorar com maior articulação com universidades e oferta de materiais mais específicos e aprofundados.

A formação continuada deve focar na qualidade, considerando critérios como relevância, adequação, consistência, abrangência e eficácia. Questionamos a qualidade da formação oferecida pelo estado e sugerimos que ela poderia atender melhor às demandas dos professores ao proporcionar um aprofundamento teórico e prático alinhado às suas necessidades.

A relação entre universidade e escola deve envolver integração, cooperação, comunicação e complementaridade. É necessária uma maior aproximação entre as instituições de ensino superior e as redes de educação básica, pois a universidade pode contribuir na formação inicial e continuada dos professores, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e epistemológicos pela interação de saberes (Polli, 2015).

No Brasil, as condições de trabalho dos professores enfrentam sérias limitações, apesar das garantias legais. A precarização do trabalho docente, com alta proporção de contratos temporários e falta de estabilidade, é um dos principais desafios. No estado do RS, cerca de 49% dos professores são contratados de forma precária, afetando negativamente sua motivação e comprometimento (Polli, 2015). A sobrecarga de trabalho é crítica, com muitos professores acumulando cargos e trabalhando em várias escolas para complementar a renda, resultando em jornadas exaustivas que comprometem a saúde, a qualidade de vida e o ensino. O novo formato do ensino médio trouxe diversos desafios para os docentes (Polli, 2015). G1 afirma que um dos desafios é a necessidade *“de mais profissionais nos ajudando na educação, porque, às vezes, o professor trabalha 60 horas porque a remuneração não dá conta do seu sustento” (G1)*.

A meta 18 do PNE exige a implementação de planos de carreira em até dois anos, com base no piso salarial nacional (Polli, 2015). Contudo, estados como o RS têm reformulado esses planos sem avaliar e promover seus docentes, desvalorizando a profissão. Planos de carreira que incluam progressão baseada em titulação, tempo de serviço e desempenho podem valorizar os professores e atrair novos profissionais. Jacomini e Penna (2024) destacam que uma progressão bem estruturada incentiva o ingresso na carreira docente e o aperfeiçoamento constante, melhorando a prática pedagógica.

A realização de concursos públicos para ingresso na carreira docente assegura impessoalidade, objetividade e estabilidade, combatendo clientelismo e favorecimento político. Jacomini e Penna (2024) consideram essa prática essencial para selecionar professores com base em méritos e qualificações, promovendo um ambiente educacional mais

justo e eficiente. No entanto, o estado do RS enfrenta um grande déficit de docentes, apesar de muitos contratos temporários, alguns estendidos por décadas. A realização de concursos públicos em intervalos de 10 anos agrava a desvalorização da profissão.

A precarização das contratações, com muitos professores temporários sem as mesmas garantias e direitos dos concursados, desmotiva os profissionais e compromete sua progressão e estabilidade. Jacomini e Penna (2024) destacam que essa precarização impede a progressão adequada na carreira. A falta de incentivos e apoio institucional para a formação continuada é outra limitação. Muitos professores enfrentam dificuldades para acessar programas de formação devido à falta de apoio financeiro e institucional. Os autores afirmam ainda que, sem incentivos concretos e facilidades para se afastarem temporariamente para estudos, a maioria dos professores não consegue avançar na carreira.

A formação inicial, por mais qualificada que seja, não garante a continuidade da carreira sem atualização e estudo permanente. Formação é um processo contínuo de aprendizagem para aperfeiçoar competências e atualizar conhecimentos, contribuindo para a reflexão crítica sobre a prática educativa e a construção de uma identidade profissional valorizada. A proposta de instituir uma "hora-estudo" para a formação dos professores facilitaria o acesso a programas de formação, como cursos, oficinas e seminários, e incentivaria a busca por pós-graduação, essencial para a qualificação profissional. Atualmente, a meta 16 do PNE (50% com pós-graduação) está longe de ser alcançada (30%) (Polli, 2015).

Diálogos reflexivos sobre a formação e condições de trabalho docentes mostram que os principais fatores que contribuem para o baixo interesse pela profissão docente no RS, e que afetam a qualidade da educação básica, são a precarização das contratações, a falta de incentivos para a formação inicial e continuada, a demora na realização de concursos públicos e a falta de perspectiva de evolução na carreira. Esses fatores revelam um cenário de desvalorização do magistério, afetando a motivação, a identidade e o desenvolvimento dos professores, e, por consequência, a qualidade educacional.

É crucial que as garantias legais para a valorização docente sejam efetivadas concretamente, priorizando a qualidade e evitando ações contraproducentes que apenas cumprem requisitos superficiais. O cenário é preocupante e demanda atenção urgente. Devemos investigar, debater e fomentar ações que valorizem a carreira docente, garantindo melhores condições de trabalho e formação para os educadores. Somente assim será possível reverter o desinteresse pela profissão e promover uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.429 de 31 de março de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 04, de 29 de maio de 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02 de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.

ESTORMOVSKI, Renata; ESQUINSANI, Rosimar. (Des)Valorização docente na educação básica brasileira: naturalização da precarização promovida pelas premiações de professores. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87138, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.87138>. Acesso: 25/Jul/2024.

JACOMINI, Márcia; PENNA, Marieta. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**. 2016, v. 27, n. 2, pp. 177-202. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0022>. Acesso: 25/Jul/2024.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria. **Análise Textual Discursiva**. Editora Unijuí, 2023.

PIOLLI, Evaldo. A valorização docente na perspectiva do plano nacional de educação (PNE) 2014 -2024. **Cadernos CEDES [online]**. 2015, v. 35, n. 97, pp. 483-491. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015155703>. Acesso: 25/Jul/2024.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 16.001, de 4 de outubro de 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislacao>. Acesso: 25/Jul/2024.